

Análise das relações entre o desempenho sustentável e a capacidade institucional no âmbito de Municípios do Estado da Paraíba.

Antônio André Cunha Callado (UFRPE) - andrecallado@yahoo.com.br

Aldo Leonardo Cunha Callado (UFPB) - aldocallado@yahoo.com.br

Sabrina Ribeiro de Almeida Ribeiro Almeida (UFCA) - sabrininha_almeida@hotmail.com

Resumo:

desempenho sustentável público e a capacidade institucional municipal no Estado da Paraíba. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa. Como metodologia esse estudo tem caráter exploratório. O universo desta pesquisa foi composto pelos municípios que compõem o território do alto curso da bacia do Rio Mamanguape. Como variáveis para a operacionalização desta pesquisa foram utilizados indicadores referentes às três dimensões da sustentabilidade considerando a metodologia proposta pelo grid de sustentabilidade, bem como um indicador referente à capacidade institucional dos municípios considerados. Para a coleta de dados, foram utilizados dados secundários. Todas as variáveis foram expressa de maneira binária. A técnica de análise estatística foi a Prova Exata de Fisher. Os resultados obtidos evidenciam a presença de relações estatisticamente significativas entre alguns dos indicadores de sustentabilidade considerados e a capacidade institucional dos municípios considerados. Finalmente os achados sugerem, a partir das relações identificadas, a capacidade institucional pública municipal, em suas diversas funções, podem contribuir com o alcance da sustentabilidade de sua localidade.

Palavras-chave: *Desempenho sustentável, Sustentabilidade municipal, Teoria Institucional.*

Área temática: *Custos aplicados ao setor público*

Análise das relações entre o desempenho sustentável e a capacidade institucional no âmbito de Municípios do Estado da Paraíba.

RESUMO

O objetivo do presente estudo é analisar a relação de significância entre o desempenho sustentável público e a capacidade institucional municipal no Estado da Paraíba. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa. Como metodologia esse estudo tem caráter exploratório. O universo desta pesquisa foi composto pelos municípios que compõem o território do alto curso da bacia do Rio Mamanguape. Como variáveis para a operacionalização desta pesquisa foram utilizados indicadores referentes às três dimensões da sustentabilidade considerando a metodologia proposta pelo grid de sustentabilidade, bem como um indicador referente à capacidade institucional dos municípios considerados. Para a coleta de dados, foram utilizados dados secundários. Todas as variáveis foram expressa de maneira binária. A técnica de análise estatística foi a Prova Exata de Fisher. Os resultados obtidos evidenciam a presença de relações estatisticamente significativas entre alguns dos indicadores de sustentabilidade considerados e a capacidade institucional dos municípios considerados. Finalmente os achados sugerem, a partir das relações identificadas, a capacidade institucional pública municipal, em suas diversas funções, podem contribuir com o alcance da sustentabilidade de sua localidade.

Palavras-chave: Desempenho sustentável, Sustentabilidade municipal, Teoria Institucional.

Área Temática: **Custos aplicados ao setor público.**

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade é um objetivo para a sociedade superar graves desigualdades econômicas, sociais e os impactos ambientais. Além disso, é também um processo de mudança, que envolve aspectos globais e locais (Heck et. al, 2018; Sotto et. al, 2019). Amparado nas dimensões econômica, social e ambiental, busca equilibrar essas três dimensões. Apesar de não ser um conceito unanime, pois incorpora inúmeros aspectos, ideológicos, políticos e subjetivos, existe uma necessidade de amadurecimento do entendimento dos problemas ambientais e sociais e suas inter-relações (Laura, 2004).

Isso porque, mediante a percepção e agravamento dos impactos ambientais, desigualdades sociais e econômicas, a sociedade precisa se desenvolver de maneira sustentável. Esse modelo de desenvolvimento pode então ser entendido como uma relação dinâmica entre o sistema econômico e ambiental, que deve assegurar a vida humana, os aspectos culturais, a diversidade ambiental e social (Constanza, 1991).

As percepções acerca do desenvolvimento sustentável incorporam aspectos além dos econômicos, mas também esferas que envolvem questões sociais, justiça e participação (Candido, Pontes & Silva, 2022). Com dimensões que formam seu tripé (social, econômico e ambiental) que também incorporam além de uma grande complexidade, ideologias, valores éticos e sociais, os quais estão cheios de

subjetividade e nem sempre são conciliáveis (Nunes, 2001). Desta forma, o desenvolvimento pode ser compreendido na perspectiva de um equilíbrio dinâmico entre as dimensões social, ambiental e econômica (Costanza, 1991), que significa compatibilidade do crescimento econômico, com desenvolvimento humano e qualidade ambiental (Almeida, 2015).

Nesta perspectiva, de uma gestão democrática, o Estado se coloca como peça-chave para que o desenvolvimento sustentável seja de fato alcançado, ou que pelo menos, as políticas públicas e seus (2019). Com isso, e considerando a descentralização fundamental para maior eficiência no uso dos recursos e na efetivação das políticas instituídas, (IPEA, 2010), o desenvolvimento local, no âmbito municipal é o ambiente capaz de materializar o desenvolvimento sustentável (Buarque, 2009; Faustino, 2012; Zambanini et. al, 2016).

Nesse contexto, os municípios incorporam essa responsabilidade porque é o nível administrativo mais próximo ao cidadão e como o termo “desenvolvimento sustentável” pode ter significados e compreensões distintas (Laura, 2005; Imperador & Silva, 2018), suas ações precisam de legitimidade (Eyerkauf, Sedlacek, Moser & Fabre, 2020) para que de fato, sejam postas em prática. Nessa perspectiva, o Estado e suas instituições assumem o papel de viabilizadoras e reguladoras desse processo de mudança (Maranhão, 2007).

Com isso os modelos para mensuração da sustentabilidade ganham grande relevância, pois utilizam diversos indicadores-chaves, para realizar uma mensuração mais eficiente (Van Bellen, 2005). Para finalidades desse estudo, o modelo utilizado é o Grid de sustentabilidade, desenvolvido por Callado (2010) que considera a perspectiva integradora de três dimensões ambiental, econômica e social.

Por outro lado, a abordagem institucional dos estudos organizacionais tem se firmado como uma referência teórica relevante sobre as discussões inerentes aos ambientes institucionais, bem como seus efeitos sobre as estruturas e processos organizacional (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999). A perspectiva institucional adota uma abordagem analítica que vai além dos fatores relacionados à eficiência, próprios do ambiente técnico, mas que também considera as diversas pressões inerentes ao ambiente institucional (ZUCKER, 1987). A institucionalização deve ser compreendida como um processo contínuo, dinâmico e historicamente constitutivo (TOLBERT; ZUCKER, 1998).

O objetivo deste artigo é analisar a significância das relações entre o desempenho sustentável a capacidade institucional no âmbito de Municípios do Estado da Paraíba.

2. Referencial Teórico

2.1. Teoria institucional e o desenvolvimento sustentável

Nos últimos anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem colocado o desenvolvimento sustentável no centro de suas discussões e políticas globais. Esse enfoque resulta de um longo histórico de eventos que evidenciaram os impactos negativos do crescimento econômico desregulado e da degradação ambiental. Entre os fatores que impulsionaram essa agenda estão as grandes guerras do século XX, conflitos recentes (Guerra do Golfo, 1990-1991) que demonstraram como disputas geopolíticas afetam diretamente recursos naturais e aspectos sociais das comunidades. Crises econômicas também evidenciaram a necessidade de um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e resiliente (Gehlen et al., 2021). Paralelamente, alertas científicos sobre a degradação ambiental (Carson, 1962) trouxeram à tona os

riscos do uso indiscriminado de produtos químicos e da exploração excessiva dos recursos naturais. Esses fatores culminaram em uma série de conferências globais, como a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (1972), a Eco-92 no Rio de Janeiro (1992) e a Cúpula da Terra+20 (2012), que pavimentaram o caminho para a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, consolidados na Agenda 2030.

A Teoria Institucional é uma abordagem amplamente utilizada para compreender como as organizações são influenciadas por seu ambiente institucional e como suas práticas e estruturas se tornam homogêneas ao longo do tempo (Romano et al., 2024). Segundo DiMaggio e Powell (1983), as organizações tendem a se assemelhar devido a um processo de isomorfismo institucional, no qual forças externas e internas moldam suas decisões e comportamentos. Essa perspectiva permite analisar como normas, regulamentos e expectativas sociais influenciam a adoção de determinadas práticas organizacionais, incluindo aquelas relacionadas à contabilidade gerencial e à sustentabilidade (Silva, 2024).

O isomorfismo institucional ocorre por meio de três mecanismos principais. O isomorfismo coercitivo decorre de pressões externas formais e informais, como regulamentações governamentais, exigências de financiadores e expectativas da sociedade, forçando as organizações a adotarem determinadas práticas para garantir legitimidade (Gehlen et al., 2021). Já o isomorfismo mimético ocorre em contextos de incerteza, nos quais as organizações buscam referência em modelos bem-sucedidos, adotando práticas já estabelecidas em outras empresas para reduzir riscos e incertezas (Romano et al., 2024). Por fim, o isomorfismo normativo surge da profissionalização, sendo impulsionado por redes de especialistas, associações profissionais e a educação formal, que difundem padrões e normas consideradas apropriadas dentro de um campo organizacional (Santos & Cursino, 2024).

No contexto do desenvolvimento sustentável, a Teoria Institucional oferece uma base sólida para compreender como organizações integram práticas sustentáveis em suas estratégias. Assim como ocorre na contabilidade gerencial, as empresas frequentemente adotam políticas ambientais e sociais em resposta a pressões institucionais (Pasamar et al., 2023). Regulamentações ambientais (isomorfismo coercitivo), benchmarking com empresas líderes em sustentabilidade (isomorfismo mimético) e diretrizes profissionais para relatórios de sustentabilidade (isomorfismo normativo) são mecanismos que impulsionam essa transformação (Herold, 2018). Dessa forma, a Teoria Institucional contribui para explicar como e por que práticas sustentáveis se disseminam entre organizações, promovendo um alinhamento com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Somado a isso, deve-se observar o Desenvolvimento Sustentável sob uma perspectiva menos disseminada: a Dimensão Institucional. Segundo o IBGE (2015), essa dimensão refere-se à orientação política, capacidade e esforços empreendidos por governos e pela sociedade na promoção das transformações necessárias para um desenvolvimento sustentável efetivo. Dessa forma, as instituições, sejam como estruturas organizacionais ou como padrões de comportamento social consolidados, desempenham um papel essencial na formulação e implementação de políticas voltadas para a sustentabilidade (Rodrigues et al., 2024).

O papel das instituições no Desenvolvimento Sustentável tem ganhado relevância tanto no campo teórico quanto nas práticas em diferentes escalas territoriais. O quadro institucional ambiental se expandiu com mais de quinhentos acordos multilaterais em vigor (Melo; Salles; Van Bellen, 2012), exigindo atuação coordenada entre governos federal, estadual e municipal. Para serem eficazes, as

políticas precisam ir além das instâncias centrais, adequando-se às realidades locais (Souza et al., 2014; Almeida et al., 2022).

O desenvolvimento local, entendido como dinâmica endógena que promove crescimento econômico e qualidade de vida (Rodrigues et al., 2024), encontra no âmbito municipal uma aplicação específica (Buarque, 1999). Nesse contexto, a descentralização e o fortalecimento da governança local permitem que ações de sustentabilidade sejam adaptadas às características de cada município, ampliando seus impactos positivos (Almeida et al., 2022).

2.2 A Nova Administração Pública (NAP) e o movimento sustentável

O Novo Arranjo Produtivo (NAP) surge como uma proposta inovadora para repensar a forma como as organizações se estruturam e se relacionam em um mundo cada vez mais dinâmico e interconectado. Esse conceito parte da necessidade de compreender que a competitividade e a sobrevivência das organizações dependem não apenas de fatores internos, mas também da capacidade de estabelecer relações colaborativas, de se adaptar às mudanças ambientais e de integrar práticas que conciliem objetivos econômicos, sociais e ambientais.

A globalização, os avanços tecnológicos e as crescentes demandas sociais e ambientais trouxeram desafios que exigem das organizações novas formas de gestão. Nesse contexto, eficiência, eficácia e competitividade continuam sendo importantes, mas precisam ser pensadas de maneira integrada a fatores externos, como políticas públicas, pressões de mercado e expectativas da sociedade.

As organizações contemporâneas precisam lidar com cenários de incerteza e complexidade, que exigem respostas rápidas e inovadoras. O NAP propõe uma abordagem que valoriza a cooperação entre atores diversos — empresas, governo, universidades, sociedade civil — em vez de se basear exclusivamente na competição. Essa lógica colaborativa amplia a capacidade de inovação, de geração de valor e de promoção de desenvolvimento sustentável em diferentes territórios.

A contabilidade gerencial desempenha um papel fundamental no âmbito do NAP, pois fornece instrumentos para monitorar, avaliar e apoiar a tomada de decisão em ambientes complexos e interorganizacionais. Mais do que mensurar resultados financeiros, passa a incorporar indicadores que reflitam a criação de valor compartilhado, a eficiência coletiva e os impactos sociais e ambientais das atividades realizadas.

Outro aspecto importante é a influência das políticas públicas na consolidação do NAP. Governos locais, estaduais e nacionais podem criar condições favoráveis por meio de incentivos fiscais, regulamentações adequadas e investimentos em infraestrutura e capacitação. Essas políticas fortalecem a governança dos arranjos produtivos, estimulando a confiança, a cooperação e a busca de objetivos comuns entre os diferentes atores envolvidos.

A lógica do NAP se diferencia por enfatizar o desenvolvimento local e regional, valorizando os recursos endógenos e o potencial das comunidades. Nesse sentido, torna-se um caminho para reduzir desigualdades, fortalecer economias periféricas e promover inclusão social. Essa abordagem resgata a importância do território como espaço de articulação de políticas e práticas, onde a cooperação gera resultados mais sustentáveis e duradouros.

Além disso, o NAP se conecta diretamente às discussões globais sobre desenvolvimento sustentável, alinhando-se à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A busca por práticas mais responsáveis e

integradas torna-se um diferencial competitivo e, ao mesmo tempo, uma necessidade diante das pressões ambientais e sociais que marcam o século XXI.

A inovação ocupa papel central nesse processo. Em vez de ser vista apenas como resultado de investimentos em tecnologia, ela é entendida no NAP como fruto da interação entre diferentes atores, do compartilhamento de conhecimentos e da construção de soluções coletivas. A contabilidade gerencial pode apoiar esse processo ao oferecer informações que estimulem a experimentação, a avaliação de riscos e a aprendizagem organizacional.

Por fim, o NAP representa uma evolução no modo de pensar a gestão, deslocando o foco de uma lógica individual e fragmentada para uma lógica sistêmica e colaborativa. Essa mudança amplia a capacidade das organizações de enfrentar desafios complexos e de gerar benefícios que vão além dos resultados econômicos, alcançando também dimensões sociais, ambientais e institucionais.

Dessa forma, o Novo Arranjo Produtivo se consolida como uma proposta estratégica para repensar a atuação das organizações em um mundo em constante transformação, oferecendo caminhos para integrar competitividade, inovação e sustentabilidade em um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo.

3. Procedimentos Metodológicos

Considerando a escassez de pesquisas anteriores referentes à adoção do Grid de sustentabilidade no âmbito do setor público, esta pesquisa possui uma natureza eminentemente exploratória. Pesquisas exploratórias devem ser entendidas como relevantes, uma vez que possuem a finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, bem como formular problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis em estudos posteriores (Gil, 1999), bem como descobrir novos enfoques a serem investigados (Andrade, 1999). O planejamento de pesquisas exploratórias tende a ser bastante flexível e pode considerar diversas perspectivas sobre o que se deseja investigar (Gil, 2002) e que, dada sua natureza, elas não comportam hipóteses iniciais (Vergara, 2003).

Para a operacionalização desta pesquisa, foram considerados municípios que compoem o alto curso do Rio Mamanguape. Na região do Alto Curso é onde se localiza a nascente do rio Mamanguape. O Alto Curso envolve 11 municípios: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areial, Areia, Esperança, Matinhas, Montadas, São Sebastião de Lagoa de Roça, Lagoa Seca, Serra Redonda e Pocinhos. Essa divisão permite que os municípios sejam comparados, pois além de características de relevo e clima semelhantes, aspectos socioeconômicos, como tipos de ocupação e atividades desenvolvidas são também comparáveis (Barbosa, 2006).

Para atingir o objetivo proposto, foram considerados os seguintes indicadores para as dimensões de sustentabilidade, a saber (Quadro 1):

Quadro 1: Indicadores e fonte de dados

DIMENSÃO ECONOMICA	
Pessoas de baixa renda (1/2 SM)	DATASUS, 2010
PIB Indústria	IBGE, 2010
PIB	IBGE, 2010
PIB Agropecuária	IBGE, 2010
PIB Serviços	IBGE, 2010
Tarifa de água	SNIS, 2014

Despesas com saúde per capita	SAGRES, 2016
Despesas com gestão ambiental per capita	SAGRES, 2016
DIMENSÃO SOCIAL	
Indicadores	Fonte de dados
Índice de abastecimento urbano de água	SNIS, 2015
Índice de abastecimento rural de água	Projeto Rio Mamanguape, 2014 e Programa 1 milhão de cisternas, 2017
Índice com esgotamento sanitário	IBGE, 2010
Mortalidade Infantil	DATASUS, 2014
Taxa de hospitalização por diarreia	IBGE, 2016
Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias	FUNCEP, 2012
IDH-M	IBGE, 2010
Densidade populacional total	IBGE, 2010
Taxa de fecundidade	IBGE, 2010
IDEB	EDU, 2015
DIMENSÃO AMBIENTAL	
Aridez	PAE, 2011
Precipitação média anual	AESA, 2016
Perdas no abastecimento	SNIS, 2015
Demanda de água urbana per capita	Atlas de abastecimento brasileiro, 2017
Qualidade da água do sistema	SNIS, 2010
Domicílios atendidos com coleta de lixo	DATASUS, 2010
Índice de esgoto tratado	SNIS, 2015

Fonte: elaboração própria, 2024.

Esses indicadores derivam do estudo de Almeida et. al (2019) e foram selecionados por meio de uma metodologia participativa, que contou com especialistas, decisores e atores locais. Sendo assim, uma representação das necessidades e interesses locais. Também foi considerada a capacidade institucional municipal.

Os dados coletados sobre cada um dos indicadores foram utilizados para a operacionalização de uma aplicação do Grid de Sustentabilidade proposto por Callado (2010) originalmente para empresas do setor privado. Desta forma, para cada indicador de sustentabilidade considerado foram propostos três níveis de desempenho: Desempenho inferior (quando a empresa apresentar desempenho insuficiente no indicador analisado); Desempenho intermediário (quando a empresa apresentar desempenho mediano no indicador analisado); e Desempenho superior (quando a empresa apresentar desempenho superior no indicador analisado).

A partir do desempenho observado, todos os indicadores de sustentabilidade foram considerados de maneira binária, atribuindo 1 (um) para os indicadores individuais que obtiveram desempenho intermediário ou superior e 0 (zero) para os indicadores individuais que obtiveram desempenho inferior.

Para cada dimensão de sustentabilidade investigada, o desempenho calculado assumirá um valor que representa o resultado obtido por uma empresa em uma determinada dimensão. O desempenho poderá assumir dois valores: 0 (zero) ou 1 (um), dependendo da prevalência de indicadores individuais de sustentabilidade obtiveram desempenho inferior ou desempenho intermediário/superior, respectivamente no âmbito de cada uma das dimensões de sustentabilidade consideradas.

O Grau de Sustentabilidade Municipal composto por esta pesquisa classifica a Sustentabilidade Municipal a partir de diferentes combinações entre os desempenhos das dimensões ambiental, social e econômica. O modelo proposto classifica os municípios a partir de quatro faixas distintas de sustentabilidade: Sustentabilidade Municipal Satisfatória (EME=3), Sustentabilidade Municipal Relativa (EME=2), Sustentabilidade Municipal Fraca (EME=1) e Sustentabilidade Municipal Insuficiente (EME=0).

Dadas às circunstâncias metodológicas acerca das amostras da pesquisa foi utilizado um teste não-paramétrico para a realização desta tarefa.

Sobre os testes não-paramétricos, Bisquerra, Sarriera e Martinez (2004) apontam que a estatística não-paramétrica é definida como sendo o conjunto de provas que se aplicam sem necessidade de fazer qualquer tipo de suposições sobre as distribuições ou origem das variáveis que estão sendo estudadas. Levin (1987) afirma que os testes não paramétricos possuem atributos operacionais que não exigem normalidade de distribuição ou nível intervalar de mensuração.

Para Stevenson (1986), os testes não-paramétricos são recomendados quando as hipóteses exigidas por outras técnicas não são satisfeitas, ou quando não é possível verificar estas hipóteses devido ao pequeno tamanho das amostras.

Para a análise da significância estatística entre os índices de sustentabilidade, os escores parciais e a capacidade institucional dos municípios foi utilizada a Prova Exata de Fisher. Os procedimentos foram realizados através do auxílio do aplicativo estatístico STATISTICA for Windows.

4. Resultados

Para análise por meio do Grid de sustentabilidade, atribuindo zero (0) para aqueles com menos desempenho e um (1) para aqueles de maior desempenho. Chama-se atenção nessa dimensão para os municípios de Matinhas, São Sebastião de Lagora de Roça e Serra Redonda que obtém desempenho ruim em quase todos os indicadores analisados. E o município de Montadas que não obtém nota 1 para nenhum dos indicadores avaliados.

Desta forma, percebe-se que para dimensão econômica dos municípios estudados, a gestão pública possui um grande desafio de gerar renda, emprego e preservar os recursos naturais, que estão na base do desenvolvimento econômico, por meio da agricultura. Os indicadores sociais chamam pois os índices de abastecimento de água e esgotamento sanitário que são precários.

O segundo passo foi atribuir os escores parcial de sustentabilidade municipal. Inicialmente, foram calculadas as pontuações totais obtidas nas três dimensões de sustentabilidade. Os resultados estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Pontuações totais dos municípios nas três dimensões de sustentabilidade

Município	Pontuação econômica	Pontuação social	Pontuação ambiental
Alagoa Grande	7	6	5
Alagoa Nova	7	4	4
Areia	6	5	5
Areial	2	7	4
Esperança	5	10	5
Lagoa Seca	7	6	6

Pocinhos	6	5	4
Matinhas	4	1	5
Montadas	0	7	2
SSLagoa de Roça	2	5	5
Serra Redonda	1	2	4

Fonte: elaboração própria, 2024.

Os escores finais, das três dimensões demonstram que Alagoa Grande e Lagoa Seca são os municípios com melhores desempenho sustentável, considerando os indicadores e as perspectivas estudadas. Enquanto que Serra Redonda apresenta o pior desempenho nas três dimensões estudadas.

O terceiro passo foi atribuir os escores parcial de sustentabilidade municipal. Inicialmente, foram calculadas as pontuações totais obtidas nas três dimensões de sustentabilidade. Os resultados estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2. Escores parciais de sustentabilidade dos municípios nas três dimensões de sustentabilidade

Município	Escore parcial econômico	Escore parcial social	Escore parcial ambiental
Alagoa Grande	1	1	1
Alagoa Nova	1	0	0
Areia	1	0	1
Areial	0	1	0
Esperança	0	1	0
Lagoa Seca	1	1	1
Pocinhos	1	0	0
Matinhas	0	0	1
Montadas	0	1	0
SSLagoa de Roça	0	0	1
Serra Redonda	0	0	0

Fonte: elaboração própria, 2024.

Para a segunda fase da análise dos resultados, foram operacionalizados os testes estatísticos. Os resultados considerando os indicadores da dimensão econômica estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3. Desempenho atribuído aos municípios referentes aos indicadores individuais da dimensão econômica

Indicadores	Capacidade institucional
Pessoas de baixa renda	0,34
PIB industria	0,04
PIB agropecuária	0,34
PIB serviços	0,04
PIB TOTAL	0,04
Despesas saúde per capita	0,55
Despesas gestão ambiental per capita	0,46

Tarifa de água	0,65
Indicador da Dimensão Econômica	0,19

Fonte: elaboração própria, 2024.

Os resultados obtidos apontam para relações estatisticamente significativas entre a capacidade institucional dos municípios considerando o PIB da indústria, o PIB de serviços e o PIB Total.

Dando continuidade, foram calculados os resultados considerando os indicadores da dimensão econômica e estão apresentados na Tabela 4.

Tabela 4. Desempenho atribuído aos municípios referentes aos indicadores individuais da dimensão social

Indicadores	Capacidade institucional
Indic. Abast	0,04
Índice Abastec. Rural (%)	0,65
Índice com esgotam. sanitário	0,34
Mortal. infantil	0,34
Taxa de hospital. por diarreia	0,65
Mortal. por doenças parasit. infec	0,46
IDH-M	0,46
Densid. pop. total	0,65
IDEB	0,65
Taxa Fecund.	0,34
Indicador da Dimensão Social	0,65

Fonte: elaboração própria, 2024.

A partir dos resultados obtidos, pode-se observar que nenhum dos indicadores pertencentes à Dimensão social obteve resultado estatisticamente significativo.

Finalmente, foram calculados os resultados considerando os indicadores da dimensão ambiental, que estão apresentados na Tabela 5.

Tabela 5. Desempenho atribuído aos municípios referentes aos indicadores individuais da dimensão ambiental

Indicadores	Capacidade institucional
Aridez	0,34
Precipit. média	0,46
Perdas no abastec.	0,04
Demanda de água urbana	0,34
Cloro residual fora do padrão	0,65
Turb. fora do padrão	0,04
Coliformes totais fora do padrão	0,53
Coleta de lixo	0,46
Índice de esgoto tratado	0,61
Indicador da Dimensão Ambiental	0,34

Fonte: elaboração própria, 2024.

A partir dos resultados obtidos, pode-se observar que dois dos indicadores pertencentes à Dimensão ambiental testados obtiveram resultados estatisticamente significativos.

5. Conclusões

A partir dos resultados obtidos, foram identificadas relações estatisticamente significativas entre a capacidade institucional dos municípios investigados e três dos indicadores de sustentabilidade referentes à dimensão econômica considerados, bem como foram encontradas relações estatisticamente significativas com dois indicadores da dimensão ambiental.

Nesse contexto, observa-se a relação da capacidade institucional com aspectos associados à capacidade dos municípios de gerar recursos a partir das atividades econômicas existentes, bem como à sua capacidade de articular esforços para a manutenção de algumas estruturas inerentes aos serviços públicos prestados.

Desta forma, sugere-se que gestores e partes interessadas se apropriem do nível de desenvolvimento desses indicadores para que seja possível efetivar, por meio dos municípios, ações que levem a um desenvolvimento sustentável.

Como limitações, este estudo apresenta as impostas pela coleta de dados de indicadores, que muitas vezes retratam a realidade com certa dificuldade, podem estar defasados mediante ao processo de atualização que demora e as conclusões estão restritas aos municípios estudados, apesar dos resultados serem confirmatórios aos do IDSC-BR.

Pesquisas futuras poderão identificar causas específicas referentes à ausência de relações significativas entre a capacidade institucional municipal e indicadores de sustentabilidade referentes à dimensão social, podendo contribuir expressivamente para que melhores diagnósticos e ações resolutivas sejam propostas.

Referências

Almeida, S. R., Curi, W. F., de Castro Lucena Vieira, Z. M., & Lucena de Medeiros, L. E. (2019). Indicadores de sustentabilidade e a gestão pública, novos caminhos em busca da eficiência e do atendimento das necessidades sociais: estudo de caso dos municípios paraibanos. *REUNIR Revista De Administração Contabilidade E Sustentabilidade*, 8(3), 58-67. <https://doi.org/10.18696/reunir.v8i3.740>.

Almeida, S. R., Curi, W. F., & Vieira, Z. M. de C. L. (2022). Sustentabilidade Hidroambiental: uma análise multicriterial com multidecisor. *REUNIR Revista De Administração Contabilidade E Sustentabilidade*, 12(2), 16-30. <https://doi.org/10.18696/reunir.v12i2.1013>.

Almeida S. L. O., Ibdaiwi, T. K. R., Almeida, D. M., Lopes, L. F. D., & Costa, V. M. F. (2015). Processo de coleta seletiva de resíduos sólidos: um estudo de caso de sustentabilidade na cidade de Santa Maria/RS. *Holos*, 3, n. 31, p. 148-165. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2015.1532>.

Almeida, S. R., Curi, W. F., de Castro Lucena Vieira, Z. M., & Lucena de Medeiros, L. E. (2019). Indicadores de sustentabilidade e a gestão pública, novos caminhos em busca da eficiência e do atendimento das necessidades sociais: estudo de caso dos

municípios paraibanos. *REUNIR Revista De Administração Contabilidade E Sustentabilidade*, 8(3), 58-67. <https://doi.org/10.18696/reunir.v8i3.740>.

Amin, S. (2010). *O Estado e o desenvolvimento sustentável*. Editora Boitempo.

Andion, C., Alperstedt, G. D., & Graeff, J. F. (2020). Ecosistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: Um estudo em Florianópolis. *Revista de Administração Pública*, 54(1), 181-200. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180418>.

BISQUERRA, R.I; SARRIERA, J. C.; MARTINÉZ, F. (2004). *Introdução à estatística*. Porto Alegre: Artmed.

Buarque, S. (1999). *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Editora Garamond.

Burke, W. W. (2017). *Organization change: Theory and practice*. (5th ed.). Sage publications. Carson, R. (1962). *Silent spring*. Houghton Mifflin.

Callado, A. L.C. (2010). Modelo de mensuração de sustentabilidade empresarial: uma aplicação em vinícolas localizadas na serra gaúcha. Tese (doutorado)- Universidade do Rio Grande do Sul, Centro de estudos e pesquisas e agronegócio. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/26743>.

Cândido, G. A., Pontes R. R. de M., & Silva, A. M. V. (2022). Desenvolvimento regional e o processo de expansão das instituições de ensino superior no Brasil: Um estudo exploratório acerca dos seus impactos em município do semiárido Brasileiro. *Desenvolvimento Em Questão*, 20(58), e10087. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.10087>.

Carson, R. *Primavera silenciosa*. São Paulo: Melhoramentos, 1969; Gaia, 2010.

Carvalho, C.A.P.; Vieira, M.M.; Lopes, F.D. (1999). Perspectiva Institucional para análise das organizações. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração 23., Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro/RJ:ANPAD. CD-ROM.

Cavalcante, P., & Camões, M. R. S. (2017). Do the Brazilian innovations in public management constitute a new model? *RAI: Revista de Administração e Inovação*, 14, 90-96. Acesso em: <https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/107563>.

Cavalcante, P. L. (2019). Trends in Public Administration after Hegemony of the New Public Management. *Revista Do Serviço Público*, 70(2), 195 - 218. <https://doi.org/10.21874/rsp.v70i2.3212>

Christensen, Tom; Lægreid, Per. The whole-of-government approach to public sector reform. *Public administration review*, v. 67, n. 6, p. 1059-1066, 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2007.00797.x>

Costanza, R. (1991). *Ecological economics: the Science and management of sustainability*. New York: Columbia Press.

DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), pp. 147-160. [10.2307/2095101](https://doi.org/10.2307/2095101).

Faustino, J. C. S. (2012). *Potencialidades e limites do desenvolvimento regional sustentável no município de Campina Grande/PB*. Monografia apresentada para conclusão de especialização em Gestão Pública Municipal. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/xmlui/handle/123456789/13155>.

Gehlen, K. R. H., Reis, L. G., & Favato, K. J. (2021). Inserção do tema sustentabilidade no curso de Ciências Contábeis à luz da teoria institucional: FEA/USP. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 15(2), 144-162. <https://doi.org/10.17524/repec.v15i2.2666>

Goldfinch, S., & Wallis, J. (2009). *International handbook of public management reform*. Edward Elgar Publishing.

Heck, V., Hoff, H., Wirsenius, S., & Kreft, H. (2018). Land use Options for staying within the planetary boundaries- Synergies and trade-offs between global and local Sustainability goals. *Global Environmental Change*, 49, Pages 73-84. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2018.02.004>.

Herold, D. M. (2018). *Demystifying the link between institutional theory and stakeholder theory in sustainability reporting*. *Economics, Management and Sustainability*, 3(2), 6–19. <https://doi.org/10.14254/jems.2018.3-2.1>.

Hersen, A., Timofeiczuk Junior, R., Da Silva, D. A., De Lima, J. F., & Leo, J. C. G. (2019). Sustainable development in Brazil: A conglomerated analysis for federative units. *Revista Árvore*, 43(6), e430604. <https://doi.org/10.1590/1806-90882019000600004>

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Vulnerabilidade Social. (2010). Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2015). *Indicadores de desenvolvimento sustentável: diretrizes e metodologias*. IBGE.

Jacobi, P. R. (2002) *Políticas sociais e ampliação da cidadania*. 2. ed. Rio de Janeiro. Editora: FGV.

Lægreid, Per; Christensen, Tom (Ed.). *Transcending new public management: the transformation of public sector reforms*. Ashgate Publishing, Ltd., 2013.

Laura, A. A. (2004). *Tese: Um método de modelagem de um sistema de indicadores de sustentabilidade para gestão dos recursos hídricos-MISGERH: o caso da bacia dos*

sinos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6023>.

Lawrence, T., & Buchanan, S. (2017). Institutional pressures and organizational adaptation. *Academy of Management Review*, 42(1), 73-95.

Leite, L. Q. (2016). Reflexões teóricas sobre modelos de Gestão Pública: o paradigma weberiano, a New Public Management e o Estado Neo-Weberiano. *RP3 - Revista De Pesquisa Em Políticas Públicas*, (1). <https://doi.org/10.18829/rp3.v0i1.17801>

LEVIN, J. (187). *Estatística aplicada a ciências humanas*. 2.ed. São Paulo: Harbra.

Maranhão, N. (2017). Sistema de indicadores para planejamento e gestão dos recursos hídricos de bacias hidrográficas. Tese (Doutorado em Engenharia Civil – COPPE/UFRJ), Rio de Janeiro – RJ.

Melo, P. T. N. B. (2013). Indicadores da Dimensão Institucional do Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos da Rio +20. *Desenvolvimento Em Questão*, 11(23), 74–117. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2013.23.74-117>.

Melo, P. T. N. B., Salles, H. K., & Bellen, H. M. V. (2012). Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável: O papel dos países em desenvolvimento com base na análise crítica do discurso da Rio+20. *Cadernos EBAPE.BR*, 10(3), 701–720. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/VWpLXYSQZ379j6kDMkG6DKB/?format=pdf&lang=pt>.

Morais, D. O. C. de, Oliveira, N. Q. da S., & Souza, E. M. de. (2014). As práticas de sustentabilidade ambiental e suas influências na nova formatação institucional das organizações. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 3(3), 90–106. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471647055007>

Nunes, E. R. M. (2001). Metodologia para a gestão ambiental de bacias hidrográficas com abrangência para região hidrográfica: um estudo de caso do plano diretor do programa Pró-Guaíba RS. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, BR-SC. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82145>.

Nurunnabi, M. The impact of cultural factors on the implementation of global accounting standards (IFRS) in a developing country. *Advances in Accounting*, v. 31, n. 1, p. 136-149, 2015.

Organização das Nações Unidas – ONU. (2007). *Indicators of sustainable development: Guidelines and methodologies (2nd ed.)*. United Nations Publications.

Oliveira, A. de A., Borba, E. R. B., Martins, J. A. de L., da Costa, W. J. F., de Paulo, F. L. L., Xavier, M. G. P., & Albuquerque, J. de L. (2024). Análise da adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens em um tribunal de justiça estadual. *Revista De Gestão E Secretariado*, 15(1), 675–691. <https://doi.org/10.7769/gesec.v15i1.3373>

Pasamar, S., Bornay-Barrachina, M., & Morales-Sánchez, R. (2023). Institutional pressures for sustainability: A triple bottom line approach. *European Journal of Management and Business Economics*, Ahead-of-print(Ahead-of-print). <https://doi.org/10.1108/EJMBE-07-2022-0241>

Peci, A., Pieranti, O. P., & Rodrigues, S. (2008). Governança e New Public Management: convergências e contradições no contexto brasileiro. *Organizações & Sociedade*, 15(46). Retrieved from <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10966>

Powell, W., & DiMaggio, P. (1991). *The new institutionalism in organizational analysis*. University of Chicago Press.

Powell, W. W., & DiMaggio, P. J. (Eds.). (2012). *The new institutionalism in organizational analysis*. University of Chicago Press.

Prestes, A. F., Dalla Corte, G. M., & Follador, F. A. C. (2018). Índice de desenvolvimento sustentável: análise para o município de Francisco Beltrão – PR. *Anais Do Simpósio Latino-Americano De Estudos De Desenvolvimento Regional*, 1(1). Recuperado de <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/10517>

Rodrigues, N. S., Alves, C. L. B., & Rodrigues, A. S. (2024). Dimensão institucional do desenvolvimento sustentável: Uma análise para as regiões imediatas do Ceará. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, 13(1). <https://doi.org/10.3895/rbpd.v13n1.16464>.

Romano, A. L., Ferreira, L. M. D. F., & Caeiro, S. S. F. S. (2024). Um estudo sobre teorias organizacionais e fatores para avaliar riscos de sustentabilidade em cadeias de suprimentos. *SBI Journal*, 1(96). <https://doi.org/10.22409/sbij.v1i96.57519>

Santos, C. J. dos, & Cursino, A. M. de C. (2024). A teoria institucional aplicada à contabilidade gerencial: revisão sistemática da literatura utilizando-se o Proknow-C. *Observatório de la economía latinoamericana*, 22(11), e7650. <https://doi.org/10.55905/oelv22n11-059>.

Santos, D. D. T. dos., & Gonçalves, A. de O. (2025). New Public Management, teoria institucional e as mudanças na contabilidade pública: um ensaio teórico. *Revista ambiente contábil - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte* - ISSN 2176-9036, 17(1), 310–329. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2025v17n1ID33727>

Secchi, L. (2009). Modelos organizacionais e administração pública. *Revista de Administração Pública*, 43(2), 347-369. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6691/5274>.

Silva, D. R. R. (2024). Artefatos de contabilidade gerencial no setor público: Análise dos mecanismos isomórficos à luz da teoria institucional. *REFAS: Revista FATEC Zona Sul*, 10(3). Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9560685>.

Sotto, D., Abiko, A. K., Sampaio, C. A. C., Navas, C. A., Marins, K. R. C., Sobral, M. C. M., Phillippi Jr, A., & Buckeridge, M. S. (2019). Sustentabilidade urbana: dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação. *USP Cidades globais* • Estud. av. 33 (97) • Sep-Dec. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3397.004>

Souza, L. C. L., Matos, I. M. A., Peter, M. G. A., Machado, M. V. V., & Nascimento, C. P. S. (2014). Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM): Um estudo sobre o nível de sustentabilidade das capitais brasileiras. *Anais do XXVI ENGEMA*. Disponível em: <https://www.engema.org.br/XVIENGEMA/431.pdf>.

STEVENSON, W. J. (1986). *Estatística aplicada à administração*. São Paulo: Harbra.

Ter Bogt, H. J. (2008). Management accounting change and new public management in local government: A reassessment of ambitions and results—An institutionalist approach to accounting change in the Dutch public sector. *Financial Accountability & Management*, 24(3), 209–241. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0408.2008.00451.x>

Tolbert, P. S., & Zucker, L. G. (1998). *A institucionalização da teoria institucional*. In S. R. Clegg, C. Hardy, & W. R. Nordy (Orgs.), *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais* (pp. 196-219). São Paulo: Atlas.

Van Bellen, H. M. (2005). *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro. Editora FGV.

Villadsen, A. R. (2013, August). Similarity or difference? The relation between structure and strategy isomorphism in public organizations. *British Journal of Management*, 24(S1), S62 S75. doi: <https://doi.org/10.1111/1467-8551.12029>

Vilhena, R. M. P. (2013). Participação da sociedade e novas perspectivas de gestão governamental. *Economia e Políticas Públicas*, 1(1). Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/economiaepoliticaspUBLICAS/article/view/4249/4246>.

Zambanini, M. E., Bresciani, L., P., Palmisano, A., Ettinger, T., & Santos, I. C. S. Inovação e desenvolvimento territorial: uma análise sobre São José dos Campos. *Ensaio FEE*, v. 37, n. 2, p. 489-520, 2016.

Zucker, L.G. (1987). Institutional Theories of Organization. *Annual Review of Sociology*, v. 13, p. 443-464.